

BOLETIM DA PLENÁRIA DE REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO **CONCURSADOS**

01 de março de 2023 | 8h30 e 14h | Sind-REDE/BH.



CONECTE-SE EM DEFESA DE SEUS DIREITOS!

Fique por dentro das atividades e ações da luta dos trabalhadores em Educação de BH.

Escaneie o **código QR** abaixo referente a seu grupo usando a câmera do *WhatsApp*:



Educação Infantil



Ensino Fundamental



A. Administrativos Educacionais

PAUTA:

1. Campanha Salarial/Educacional 2023
2. Reforma da Previdência
3. 8M: Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras

1. CAMPANHA SALARIAL/EDUCACIONAL 2023

DINHEIRO TEM! PREFEITURA DE BELO HORIZONTE PODE PAGAR O PISO CHEIO NO PRIMEIRO NÍVEL DA CARREIRA

ANO APÓS ANO, O INVESTIMENTO EM PESSOAL VAI OCUPANDO UMA FATIA CADA VEZ MENOR DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO

O ano de 2023 se inicia com o reajuste de quase 15% no Piso Nacional do Magistério, que passou de R\$3.845,63 para R\$ 4.420,55. Enquanto, a proposta do prefeito Fuad Noman (PSD) para todo o funcionalismo é de apenas 5,93% dividido em duas parcelas. A diferença nos percentuais aumenta o abismo das perdas salariais

dos trabalhadores em Educação da Rede Municipal, em relação a valorização do Piso Nacional.

A disputa pelo pagamento do valor integral do Piso da Educação é uma luta antiga da Rede Municipal, pois a Prefeitura de Belo Horizonte tem adotado a interpretação de que o valor do piso é referente a jornada de 40 horas semanais e em Belo Horizonte esse valor deve ser pago de forma proporcional à jornada de 22,5 horas semanais.

Porém, quando o piso foi estabelecido em 2009, o salário do primeiro nível da carreira da Rede Municipal para a jornada de 22h30min/semanais era de R\$950, valor igual ao piso nacional do magistério.

Enquanto o Piso Nacional do Magistério apresentou uma variação percentual acumulada no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2023 de 91,11%, os salários da categoria tiveram um reajuste bem menor, de apenas 25,48%. Com isso, a proposta da prefeitura de um reajuste de 5,93% dividido em duas parcelas só irá aumentar a distância entre os dois índices.

Dados Econômicos demonstram que a PBH tem dinheiro

Para justificar o baixo índice de reajuste, no e-mail enviado aos servidores com a sua proposta, a PBH utiliza como únicos dados econômicos a previsão de crescimento das receitas elegíveis para pagamento de pessoal (6,68%) e a previsão de aumento da despesa com pessoal (7,7%), que leva em consideração não só o reajuste, mas também o crescimento do número de servidores e outras concessões, como os abonos concedidos em 2022.

A Receita Elegível corresponde a um subgrupo da Receita Corrente Líquida (RCL) que não possui vinculação, criado para acompanhar a evolução da receita que pode ser utilizada para o pagamento da Folha de Pessoal.

A RCL, por sua vez, corresponde ao somatório das Receitas: Tributárias, Contribuições, Patrimoniais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços, e, é o parâmetro para o cálculo do limite da despesa de pessoal.

Porém, a PBH finge ignorar o fato da RCL, a receita total e mesmo o Superávit Orçamentário terem crescido de forma real e consistente acima da inflação. Segundo o Boletim Econômico nº13 do Ilaese, que leva em consideração os dados divulgados entre o 2º quadrimestre de 2021 e o 2º quadrimestre de 2022, a RCL de Belo Horizonte cresceu 17,37%, enquanto a inflação (INPC) ficou em 8,83%. Ou seja, o crescimento das receitas supera o da inflação em mais de 100%.

Outro fator importante é que o gasto percentual com servidores pode chegar a 54% da RCL, com um “limite prudencial” de 51,3% segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Porém, em Belo Horizonte, os investimentos em pessoal permanecem distantes destes limites e ano a ano passam a ocupar uma fatia cada vez menor da RCL. Como é possível observar na tabela abaixo:

Período de 12 meses	2018/2º Quad	2019/2º Quad	2020/2º Quad	2021/2º Quad	2022/2º Quad	LRF	LRF Prudencial
% das despesas com pessoal em relação a RCL	43,88%	42,88%	38,65%	42,28%	36,49%	54%	51,30%

Os espaços existentes para investimento nos servidores, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal, são enormes. Se considerarmos os números absolutos, mesmo considerando o Limite Prudencial, há uma sobra de mais de 2 bilhões de reais.

Reajuste aos servidores da Educação pode ser ainda maior, pois possui verbas de investimento obrigatório como o Fundeb

Diferente dos demais servidores públicos municipais, a remuneração dos servidores da Educação é advinda também de verbas de investimento obrigatório. Uma delas

é o Fundeb, que deve direcionar no mínimo 70% de todo o seu valor para o pagamento dos profissionais da educação e 25% obrigatoriamente à Educação Básica.

O Fundeb teve o seu montante total aumentando a partir da aprovação da emenda constitucional 108 que aumentou a participação da União no Fundeb, que também é formado por recursos de estados e municípios. Em 2023, ela será de 17% das receitas totais do Fundeb.

Contudo, segundo dados divulgados pelo FNDE, há uma redução constante nos percentuais investidos pela Prefeitura de Belo Horizonte. Mesmo considerando a mudança do critério em 2021, que passou a abarcar não apenas os profissionais do magistério, mas todos os profissionais em educação diretamente empregados pela prefeitura, houve uma queda desse percentual de 77,64% do Fundeb Bruto até o quinto bimestre de 2018, para 65,89% até o quinto bimestre de 2020. Esse percentual se manteve relativamente estagnado, chegando 65,56% até o quinto bimestre de 2022. Ao não cumprir o percentual mínimo de 70% do Fundeb bruto para pagamento dos salários dos trabalhadores em educação, a prefeitura entra em flagrante ilegalidade, precisando realizar o pagamento através de abonos, como aconteceu em 2022.

Fica claro que a receita geral de Belo Horizonte, em especial aquela que deveria ser destinada à educação (inclusive as transferências do FUNDEB), tem crescido significativamente nos últimos anos, mas isso não tem se refletido nos salários dos trabalhadores em educação.

Enquanto salários diminuem, terceirização cresce

O impacto das atividades terceirizadas em Belo Horizonte continuam a crescer desde 2017. Representam cerca de 3,68 bilhões de reais e 25,9% da arrecadação total da prefeitura. O crescimento da terceirização entre 2017 e 2021 foi de cerca de 1,6 bilhões de reais.

O crescimento da terceirização coincide com a redução dos investimentos totais em educação e, também, com a redução das despesas com pessoal com os trabalhadores efetivos, que passou de 73,71% para 57,99% entre 2018 e 2021.

Só em 2021, a MGS atingiu cerca de R\$1 bi de arrecadação mas mantém baixíssimos salários com reajustes que sequer repõe a inflação. Junto a isso, a PBH tem ampliado significativamente a verba destinada para pagamentos relativos aos contratos com as OSC's. São mais de 800 contratos vigentes com OSC's em 2021, com vigência média de 5 anos e recursos superiores a R\$500 milhões são destinados a elas todos os anos.

2. REFORMA DA PREVIDÊNCIA

VITÓRIA DA CATEGORIA! TRAMITAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA É SUSPensa POR SEIS MESES

Após a luta dos servidores municipais, o projeto da reforma da previdência municipal foi suspenso por até seis meses. De acordo com o prefeito Fuad Noman (PSD), esse é o prazo máximo imposto pela Lei Federal. A decisão foi anunciada pelo prefeito em uma reunião com o Sind-REDE/BH e outras entidades sindicais, na tarde do dia 06 de fevereiro.

O projeto havia sido apresentado à Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) no apagar das luzes de 2022, através do PL 434/22 e da PELO 05/22. Os projetos foram alvo de forte resistência dos servidores municipais, que foram surpreendidos pela atitude do governo, que visava aprovar o projeto a toque de caixa, sem qualquer diálogo com os trabalhadores.

A suspensão temporária é uma grande vitória da categoria que mobilizada mostrou aos políticos e para toda a cidade sua indignação com a proposta de mudanças na regra da aposentadoria.

Belo Horizonte é uma cidade rica e sem déficit previdenciário. Essa reforma é um ataque brutal aos trabalhadores!

Unir a luta contra a reforma da previdência municipal pela revogação da reforma nacional

Os quatro anos de governo Bolsonaro (PL) representaram uma verdadeira destruição do estado brasileiro, com retrocessos que vão da política de destruição ambiental, redução de recursos para cultura, educação e saúde, o entreguismo do patrimônio público com as privatizações e o enfraquecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários. Além de retrocessos nos direitos humanos e segurança pública.

As reformas da previdência e trabalhista do governo Bolsonaro foram um duro golpe para a classe trabalhadora que teve as suas condições de vida cada vez mais precarizadas. O principal desses ataques é, sem dúvida, a reforma da previdência, que dificultou o acesso dos trabalhadores à aposentadoria e levará ao aumento da pobreza a longo prazo.

Lula, que em sua campanha se posicionou a favor de revogar essas reformas, pressionado pelos grandes empresários, já tem apresentado vacilações e recuos sobre estes pontos. O vice-presidente Alckmin já afirmou que o governo atual não revogará nenhuma das reformas da previdência. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, também engrossou o coro e afirmou que quem decide

sobre a revogação é o presidente Lula e que ele não deu aval para nenhuma mudança.

Lutar pela revogação de todas as reformas!

É preciso pressionar o governo Lula para que se cumpra a sua promessa e envie Projetos de Lei e Emendas Constitucionais ao Congresso para que a reforma seja revogada.

Precisamos nos organizarmos e participarmos de processos de luta e mobilização muito fortes para mudar esse cenário.

A revogação da reforma da previdência nacional enterraria de uma vez a proposta de reforma municipal.

3. 8M: DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS

8M: DIA DE AULA NAS RUAS! DEPOIS DA NOSSA ASSEMBLEIA VAMOS NOS JUNTAR AO GRANDE ATO QUE SERÁ REALIZADO NESSE DIA!

Estamos há um pouco mais de uma semana para o dia internacional de luta das mulheres trabalhadoras e é importante reforçar o marco dessa data nas ruas! Vamos nos somar as muitas outras mulheres trabalhadoras no ato construído pelo 8M Unificado!

Historicamente as trabalhadoras e os trabalhadores em educação da rede municipal se somam às manifestações em comemoração à luta da mulher trabalhadora em Belo Horizonte. Esse ano não será diferente. Desde o ano passado a diretoria do Sind-REDE vêm construindo, junto com várias outras entidades, o 8M Unificado 2023 cujo mote é “Vida Digna, Diversidade, Direito ao Aborto! Nas ruas contra o racismo, fascismo e capitalismo”.

Derrotamos Bolsonaro nas urnas, mas estamos longe de derrotar o projeto de opressão da ultradireita e de garantir verdadeiramente nossas demandas. Precisamos de emprego, comida, moradia, combate a violência e investimento na saúde e creches públicas.

Precisamos revogar todas as reformas aprovadas para retirar direitos, como a trabalhista, a da previdência e do ensino médio.

Dia 8 de março é dia de luta!

Assembleia às 14 horas na Praça da Estação e em seguida ato 8M UNIFICADO!



8 DE MARÇO
DIA INTERNACIONAL DE LUTA
DAS MULHERES TRABALHADORAS

***VIDA DIGNA, DIVERSIDADE, DIREITO AO ABORTO!
NAS RUAS, CONTRA O RACISMO, FASCISMO E CAPITALISMO!***

**ASSEMBLEIA GERAL DOS TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO CONCURSADOS**

PARALISAÇÃO TOTAL

**08/03, quarta-feira
às 14 horas
na Praça da Estação**

PAUTA

- Reforma da Previdência PBH.
- Campanha Salarial/ Educacional 2023.

ANOTAÇÕES



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

sindrede.org.br

Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro - Belo Horizonte / MG

📍 @sindredebh 📘 @sindrede 🐦 @redebh 📺 Sind-REDE